



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECLAMAÇÃO Nº 42048 - SP (2021/0218156-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECLAMANTE** : FERNANDES ADVOGADOS - EPP  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALBERTO FERNANDES - SP057203  
ALAN FRANCISCO MARTINS FERNANDES - SP282472  
THIAGO FRANCISCO MARTINS FERNANDES - SP303263  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : JULIANO CARMO DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : GEOVANI CANDIDO DE OLIVEIRA - SP252216  
LUCIANI LUZIA CORREA - SP405480  
BRUNO MAY BATISTA - SP405245

### **DECISÃO**

Cuida-se de reclamação com pedido de liminar formulada por FERNANDES ADVOGADOS – EPP, com fundamento no art. 105, I, *f*, da Constituição Federal, contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO que não conheceu do agravo em recurso especial ali interposto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Trata-se de reclamação manifestamente incabível.

Nos termos do § 2º do art. 1.030 do Código de Processo Civil, cabe agravo interno da decisão que nega seguimento a recurso especial interposto contra acórdão que aplicou tese firmada em recursos repetitivos.

Nesse contexto, a jurisprudência é no sentido de ser incabível a interposição do agravo previsto no art. 1.042 do CPC a fim de contrapor a decisão que negou seguimento ao recurso especial ante a conformidade do acórdão recorrido com a jurisprudência consolidada pela sistemática repetitiva do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, cito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL. SEGUIMENTO NEGADO. RECURSO REPETITIVO (CPC/2015, ART. 1.030, I, "B"). INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DO ART. 1.042 DO CPC/2015. ERRO INESCUSÁVEL.

INSURGÊNCIA NÃO CONHECIDA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O CPC/2015, em seu art. 1.030, § 2º, prevê expressamente o cabimento de agravo interno contra decisão que nega seguimento a recurso especial com fundamento no inciso I do artigo mencionado.

2. De acordo com a jurisprudência do STJ, "**é incabível agravo em recurso especial contra decisão que nega seguimento a apelo nobre na hipótese em que a matéria tenha sido julgada em harmonia com tese definida em recurso repetitivo, sendo cabível o agravo interno**" (AgInt no AREsp n. 1.703.829/PR, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/9/2020, DJe 24/9/2020), o que ocorreu.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp n. 1.819.666/MS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 17/5/2021, grifo meu.)

Assim, não há usurpação de competência deste Tribunal Superior quando o agravo, obstado na origem, é manifestamente incabível, razão pela qual não se admite o manejo da via reclamationária. Precedentes: AgInt na Rcl 35.666/SP, relator Ministro Luiz Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe de 28/5/2018; AgInt na Rcl n. 38.845/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, DJe 21/8/2020.

Ante o exposto, indefiro liminarmente a presente reclamação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente